

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS ~ JUNHO/2015 ~



Comentário de Desempenho

Relatório dos Auditores Independentes

Balanco Patrimonial

Demonstração do Resultado do Exercício

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto os mencionados em contrário)

O resultado da ELETROPAR é composto, dada sua condição de empresa de participações, por rendimentos auferidos dos investimentos em participações societárias mantidas em sua carteira e das aplicações no Fundo Extramercado do Banco do Brasil (aplicação obrigatória definida em lei).

A ELETROPAR apresentou no segundo trimestre de 2015, lucro no valor de R\$ 775, superior em 342,42% ao apresentado no mesmo período do ano anterior, quando a empresa obteve prejuízo de R\$ 320. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, o lucro apurado montou em R\$ 2.205, sendo 122,79% superior ao apresentado no mesmo período do ano de 2014, quando a empresa acumulou prejuízo no montante de R\$ 9.676.

As Receitas Totais no período findo em 30 de junho de 2015, atingiram o montante de R\$ 4.609, resultantes das Participações Societárias mantidas pela Companhia e das aplicações no Fundo Extramercado, e foram 28,53% inferiores àquelas auferidas no mesmo período de 2014, estas no montante de R\$ 6.449.

No segundo trimestre de 2015, o rendimento decorrente das participações societárias é composto pelo resultado de equivalência patrimonial das investidas CTEEP e EMAE.

O Resultado Financeiro no segundo trimestre de 2015, no montante de R\$ 1.685 reflete os rendimentos das aplicações no Fundo Extramercado do Banco do Brasil. Tal resultado foi maior em 19,10% ao apurado no mesmo período do ano anterior, quando foi de R\$ 1.415. Quanto ao primeiro semestre, o resultado financeiro de R\$ 3.277 foi 18,22% superior ao semestre do ano anterior, que apresentou resultado de R\$ 2.772.

Em relação às Despesas Operacionais, que alcançaram o montante de R\$ 1.192, no segundo trimestre de 2015, observa-se um crescimento da ordem de 3,28%, em relação ao mesmo período de 2014, quando seu valor foi de R\$ 1.154. Em relação ao primeiro semestre, às Despesas Operacionais no montante de R\$ 2.109 foram 3,97% superiores ao semestre do ano anterior, excluindo-se do exercício de 2014 a provisão para perdas ao valor recuperável do investimento que a Eletropar obteve em sua investida Eletropaulo, no montante de R\$ 13.810.

O crescimento nas Despesas Operacionais ocorreu em virtude do aumento dos gastos com "pessoal/honorários", "serviços de terceiros" e "aluguel".



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º
20031-000 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
Caixa Postal 2888
20001-970 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Central Tel 55 (21) 3515-9400
Fax 55 (21) 3515-9000
Internet www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão das informações trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas da
Eletrobras Participações S.A. - Eletropar
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Eletrobras Participações S.A. - Eletropar (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2015, que compreendem o balanço patrimonial da Companhia em 30 de junho de 2015, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - *Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade* e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Conforme mencionado na nota 10, a investida Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A - CTEEP possui ativo referente a investimentos de transmissão, no montante de R\$ 1.490.986 mil (efeito na Companhia - R\$ 9.766 mil), que foi determinado com base em premissas da administração da investida e que será ainda objeto de homologação por parte do órgão regulador. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

Outros assuntos**Demonstração do valor adicionado**

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Carla Bellangero
Contadora CRC 1SP196751/O-4

Danilo Siman Simões
Contador CRC 1MG058180/O2T-

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(em milhares de Reais)

ATIVO		30/06/2015	31/12/2014
CIRCULANTE	Nota		
Caixa e Equivalentes Caixa	5	3.164	14.529
Títulos de Valores Mobiliários	6	54.796	42.075
Remuneração dos investimentos	7	552	552
Ativos fiscais a compensar	9	3.178	2.518
		61.690	59.674
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Ativos fiscais a compensar	9	2.741	2.741
Depósitos judiciais		51	51
		2.792	2.792
INVESTIMENTOS	10		
Avaliados por equivalência patrimonial		28.354	28.035
Avaliados a valor justo		87.176	62.974
IMOBILIZADO		47	57
INTANGÍVEL		32	19
		118.401	93.877
TOTAL DO ATIVO		180.091	153.551
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Contas a pagar	11	1.028	876
Tributos e contribuições sociais		300	134
Obrigações estimadas		79	211
		1.407	1.221
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contrib. social diferidos	12	15.039	11.428
		15.039	11.428
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13		
Capital social		118.054	118.054
Reserva legal		215	215
Ajustes de avaliação patrimonial		43.171	22.633
Lucros acumulados		2.205	-
		163.645	140.902
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		180.091	153.551

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
(em milhares de Reais)

		01/01/15 a 30/06/15	01/04/15 a 30/06/15	01/01/14 a 30/06/14	01/04/14 a 30/06/14
RECEITAS OPERACIONAIS					
Dividendos	Nota	198	-	2.969	(1.005)
Participação societária		1.105	393	586	480
		<u>1.303</u>	<u>393</u>	<u>3.555</u>	<u>(525)</u>
DESPESAS OPERACIONAIS					
Pessoal/honorários		(1.309)	(650)	(1.155)	(570)
Materiais e produtos		(25)	(10)	(29)	(11)
Viagens, condução e treinamento		(16)	(11)	(33)	(19)
Serviços de terceiros		(342)	(186)	(334)	(164)
Propaganda e publicidade		(335)	(333)	(364)	(355)
Tributos e contribuições		-	-	(9)	-
Aluguel, condomínio e IPTU		(43)	(23)	(41)	(20)
Reversão (Provisões) operacionais		33	33	1.713	-
Provisão p/ redução ao valor recuperável - ativos financeiros	10	-	-	(13.810)	-
Outras		(72)	(12)	(63)	(15)
		<u>(2.109)</u>	<u>(1.192)</u>	<u>(15.838)</u>	<u>(1.154)</u>
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(806)</u>	<u>(799)</u>	<u>(12.283)</u>	<u>(1.679)</u>
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS					
Receitas financeiras		3.306	1.701	2.894	1.533
Despesas financeiras		(29)	(16)	(122)	(118)
RESULTADO FINANCEIRO		<u>3.277</u>	<u>1.685</u>	<u>2.772</u>	<u>1.415</u>
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>2.471</u>	<u>886</u>	<u>(9.511)</u>	<u>(264)</u>
Imposto de renda e contribuição social	12	(266)	(111)	(165)	(56)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO		<u>2.205</u>	<u>775</u>	<u>(9.676)</u>	<u>(320)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO					
Básico e Diluído		0,18744	0,0658	(0,8225)	(0,0272)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
(em milhares de Reais)

	01/01/15 a 30/06/15	01/04/15 a 30/06/15	01/01/14 a 30/06/14	01/04/14 a 30/06/14
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	2.205	775	(9.676)	(322)
Ganhos (perdas) decorrentes da avaliação ao valor justo de investimentos disponíveis para venda em sociedades não controladas e sem influência significativa	24.202	16.490	4.283	8.290
(-) IR/CS diferidos sobre avaliação ao valor justo	(3.612)	(1.774)	111	(1.251)
Outros resultados abrangentes - coligadas	(51)	26	(112)	(9)
Ajuste de reclassificação - invest. aval. a valor justo (líquido de IR/CS)	-	-	9.115	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	22.744	15.517	3.721	6.708

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(em milhares de Reais)

	<u>CAPITAL SOCIAL</u>	<u>RESERVA LEGAL</u>	<u>DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO</u>	<u>AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL</u>	<u>LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZOS) ACUMULADOS</u>	<u>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>
Em 31 de dezembro de 2013	118.054	3.159	2.401	18.290	-	141.904
Prejuízo do período	-	-	-	-	(9.676)	(9.676)
Avaliação ao valor justo de instrumentos financeiros	-	-	-	4.393	-	4.393
Outros Resultados abrangentes - Coligadas	-	-	-	(112)	-	(112)
Ajuste de reclassificação - invest. aval. a valor justo (liquido de IR/CS)	-	-	-	9.115	-	9.115
Aprovação do dividendo adicional pela AGO	-	-	(2.401)	-	-	(2.401)
Em 30 de junho de 2014	118.054	3.159	0	31.686	(9.676)	143.223
Em 31 de dezembro de 2014	118.054	215	0	22.633	-	140.902
Avaliação ao valor justo de instrumentos financeiros	-	-	-	20.589	-	20.589
Outros Resultados abrangentes - Coligadas	-	-	-	(51)	-	(51)
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	2.205	2.205
Em 30 de junho de 2015	118.054	215	0	43.171	2.205	163.645

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

(em milhares de reais)

	01/01/15 a 30/06/15	01/01/14 a 30/06/14
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	2.205	(9.676)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas operações:		
Depreciação e amortização	11	8
Resultado de participações societárias	(1.105)	(586)
Provisão para perdas em investimentos disp. p/ venda	-	13.810
Sub total	1.111	3.556
(Acréscimos) decréscimos nos ativos operacionais		
Remuneração dos investimentos	-	(1.027)
Ativos fiscais a compensar	(659)	(613)
Títulos de Valores Mobiliários	(12.721)	-
	(13.381)	(1.640)
Acréscimos (decréscimos) nos passivos operacionais		
Tributos e contribuições sociais	166	181
Contas a pagar	153	18
Obrigações estimadas	(132)	(103)
	187	96
Dividendos recebidos	733	-
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(11.349)	2.012
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de dividendos	-	(3.203)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	-	(3.203)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de ativo imobilizado/intangível	(16)	(6)
Dividendos recebidos	-	260
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	(16)	254
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(11.365)	(937)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	14.529	54.240
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	3.164	53.303
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(11.365)	(937)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
(em milhares de Reais)

	01/01/15 a 30/06/15	01/01/14 a 30/06/14
1 - RECEITAS	-	-
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(779)	(817)
Provisão p/ redução ao valor recuperável - ativos financeiros	-	(13.810)
Reversão operacional	33	-
	<u>(746)</u>	<u>(14.627)</u>
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>(746)</u>	<u>(14.627)</u>
4 - RETENÇÕES		
Depreciação, amortização e exaustão	(11)	(8)
	<u>(11)</u>	<u>(8)</u>
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA EMPRESA	<u>(757)</u>	<u>(14.635)</u>
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas Financeiras	3.306	2.894
Participações societárias, dividendos e juros sobre o capital próprio	1.303	3.555
	<u>4.609</u>	<u>6.449</u>
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>3.852</u>	<u>(8.186)</u>
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração direta	1.035	939
Impostos, Taxas e Contribuições	539	389
Remuneração do capital de terceiros	73	162
Remuneração do capital próprio:		
Lucro Líquido (Prejuízo) do período	2.205	(9.676)
	<u>3.852</u>	<u>(8.186)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

ELETROBRÁS PARTICIPAÇÕES S.A.

ELETROPAR

(COMPANHIA ABERTA)
CNPJ 01.104.937/0001-70

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto os mencionados em contrário)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Eletrobrás Participações S.A. - ELETROPAR ("ELETROPAR" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS, criada em 29 de janeiro de 1996, pela Lei nº 9.163, de 15 de dezembro de 1995, em decorrência da cisão da LIGHT – Serviços de Eletricidade S.A., possui sua sede na cidade do Rio de Janeiro e tem por objeto social a participação societária na Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - ELETROPAULO e em outras sociedades.

Nessa condição, participa no capital social da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - ELETROPAULO, da Energias do Brasil S.A. – ENERGIAS DO BRASIL, da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. – EMAE, da CPFL Energia S.A. – CPFL Energia e da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP, todas concessionárias de serviços públicos de energia elétrica no Estado de São Paulo, e também, da Eletronet S.A. – ELETRONET, sendo esta Sociedade de Propósito Específico, com atividades de transporte de sinais de informações e prestação de serviços de telecomunicações.

A ELETROPAR continua inscrita no Programa Nacional de Desestatização – PND, nos termos do Decreto nº 1.836, de 14 de março de 1996.

A Administração da Companhia aprovou as demonstrações financeiras intermediárias em 14 de agosto de 2015.

NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras intermediárias não foram alteradas em relação às demonstrações

financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

Essas demonstrações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Valor Econômico, no dia 17 de abril de 2015.

NOTA 3 - GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

3.1. Fatores de Risco Financeiro

I – Risco de volatilidade no preço das ações

Considerando que a Companhia possui em sua carteira de investimentos participações societárias com cotação em bolsa de valores o risco surge das possíveis alterações nos valores de mercado dessas companhias investidas.

II – Risco de crédito das aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Companhia são representadas pelo investimento em fundo extramercado mantido no Banco Brasil, instituição financeira de primeira linha e que apresenta boas taxas de avaliação de *rating*.

III – Risco de taxa de juros dos rendimentos das aplicações financeiras

As aplicações financeiras no fundo extramercado mantido no Banco do Brasil são remuneradas pela taxa média da Selic, e o risco surge das possíveis oscilações da referida taxa.

Análise de sensibilidade

	Cenário base 2,93%*	Cenário Provável 3,00%	Cenário Possível 2,50%	Cenário Remoto 4,00%
Rendimento das Aplicações Financeiras	1.701	1.739	1.449	2.318

* Taxa para o período de três meses encerrados em 30 de junho de 2015.

3.2. Gestão de Capital

A ELETROBRAS, cuja participação no capital social da ELETROPAR é de 83,71%, é quem orienta as políticas de investimentos da Companhia. O capital na Companhia não é utilizado com fins especulativos, mas com o objetivo de remunerar seus acionistas. A Companhia não possui dívida com terceiros.

3.3. Estimativa do valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados.

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

No caso de investimentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título, abaixo de seu custo, também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se, qualquer evidência desse tipo, existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Tal prejuízo cumulativo é medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por perda por valor recuperável, sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado.

As perdas por valor recuperável reconhecidas na demonstração do resultado em instrumentos patrimoniais não são revertidas por meio da demonstração consolidada do resultado.

A tabela abaixo apresenta os ativos da Companhia mensurados ao valor justo em 30 de junho de 2015.

	30/06/15		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros disponíveis para venda:			
Investimentos	87.176	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:			
Aplicações financeiras	57.922	-	-
	145.098	-	-

	31/12/14		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros disponíveis para venda:			
Investimentos	62.974	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:			
Aplicações financeiras	56.560	-	-
	119.534	-	-

NOTA 4 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	30/06/15		
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Ativos conforme Balanço Patrimonial:			
Investimentos	-	87.176	87.176
Aplicações financeiras	57.922	-	57.922
	57.922	87.176	145.098

	31/12/14		
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Ativos conforme Balanço Patrimonial:			
Investimentos	-	62.974	62.974
Aplicações financeiras	56.560	-	56.560
	56.560	62.974	119.534

NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são mantidos junto ao Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista sob controle federal, emanada do Decreto Lei n.º 1.290, de 03 de dezembro de 1973, com as alterações decorrentes da Resolução n.º 3.284, de 25 de maio de 2005, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para as aplicações das empresas integrantes da Administração Federal Indireta.

As aplicações financeiras, de liquidez imediata, encontram-se em fundos de investimento financeiro - extramercado, que têm como meta a rentabilidade em função da taxa média da Selic.

O total de caixa e equivalentes de caixa encontra-se abaixo demonstrado:

	30/06/15	31/12/2014
Caixa e Bancos	37	44
Aplicações Financeiras [a]	3.127	14.485
	3.164	14.529

[a] A variação no grupo de aplicações financeiras no período comparativo, refere-se aos títulos públicos do BB Extramercado FAE - Fundo de Investimento em Renda Fixa que venceram em 01 de janeiro de 2015. Conseqüentemente, a companhia realizou nova aplicação com vencimentos superiores a 90 dias.

NOTA 6 – TÍTULO DE VALORES MOBILIÁRIOS - TVM

As aplicações financeiras encontram-se em fundos de investimento financeiro – extramercado FAE e FAE2, que têm como meta a rentabilidade em função da taxa média da Selic.

	Indexador	Saldo em 30/06/2015	Saldo em 31/12/2014
LTN (venc. Após 90 dias)	pré-fixado	54.796	42.075
		54.796	42.075

NOTA 7 – REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
EDP – Energias do Brasil	552	353
CTEEP	-	199
	<u>552</u>	<u>552</u>

NOTA 8 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES COM ELETRONET E EMPRESAS CEDENTES

Sob a coordenação da ELETROBRAS, as concessionárias CHESF, ELETRONORTE, ELETROSUL e FURNAS, denominadas EMPRESAS CEDENTES, desenvolveram o negócio de provimento de meios de transporte de sinais de informações, utilizando parte da sua infraestrutura e dos seus cabos de fibras ópticas. Dessa forma, viabilizaram não só a exploração do negócio de transporte de sinais de informações, como também a atividade de prestação de serviços de telecomunicações.

As EMPRESAS CEDENTES se associaram com a iniciativa privada e, também, com a ELETROPAR, que foi identificada como uma empresa da ELETROBRAS que apresentava a estrutura legal e estatutária compatível com os propósitos negociais que se pretendiam, e que seria a preposta daquelas junto ao sócio privado.

A ELETROPAR detém 49% do capital social da Eletronet S.A. e a sua atuação era repassar os rendimentos do negócio às EMPRESAS CEDENTES, cabendo-lhe somente a remuneração a título de administração e o ressarcimento de suas despesas por conta desse negócio. O sócio privado, porém, deixou de honrar com seus compromissos, o que culminou com o requerimento de falência com continuidade do negócio, no ano de 2003.

O requerimento de falência com continuidade do negócio está em trâmite junto a 5ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, cuja magistrada acolheu o pedido de confissão de falência, nos moldes requeridos pela autora, encontrando-se a administração da ELETRONET a cargo do Poder Judiciário. Diversos recursos foram interpostos pelas partes envolvidas, vários deles ainda pendentes de julgamento.

Cumprido ressaltar que, a Promotoria de Massas Falidas, em meados de 2007, declarou, nos autos do processo de falência, não existir qualquer indício de prática de crime falimentar e que a pretensão punitiva prescreveu em 5 de maio de 2007.

Em dezembro de 2009, a União Federal requereu o seu ingresso nos autos da falência. O Ministério Público se manifestou favorável à admissão da União Federal como interveniente no processo, tendo o M.M. Juiz admitido a mesma no feito naquela qualidade.

Nesta mesma época, as EMPRESAS CEDENTES ingressaram com uma Reclamação requerendo a imissão na posse dos bens da ELETRONET, cujo Relator deferiu o pedido de liminar concedendo às Reclamantes a pretensão almejada. O correspondente mandado foi cumprido no dia 15 de dezembro de 2009.

Entre o período mencionado anteriormente e a data de conclusão dessas demonstrações financeiras intermediárias, não ocorreram movimentações relevantes no processo.

Os créditos junto à ELETRONET derivados do aluguel da infraestrutura e cabos de fibras ópticas, atualização monetária e juros sobre receita de aluguel de infraestrutura, diferidos no período compreendido entre fevereiro e novembro de 2002, além de multa por atraso de pagamento dos meses subsequentes, estão

contemplados nesta rubrica. Além disso, os valores a receber das concessionárias, FURNAS, CHESF, ELETROSUL e ELETRONORTE, relativos à taxa de administração e ressarcimento de despesas operacionais, estão também classificados neste item.

	30/06/2015	31/12/2014
Contas a receber – Cedentes	13.674	13.674
Contas a receber – Eletronet	59.145	59.145
Obrigação com as Empresas Cedentes	(58.471)	(58.471)
Adiantamentos	(11.877)	(11.877)
Outros créditos a pagar	(1.121)	(1.121)
Contas a receber líquido	1.350	1.350
Provisão para perdas	(1.350)	(1.350)
	<u>-</u>	<u>-</u>

A ELETROPAR detém, em 30 de junho de 2015, créditos da ordem de R\$ 72.819, na qualidade de credora da ELETRONET, em nome das empresas cedentes, e débitos de R\$ 71.469 com as empresas cedentes, vinculados ao recebimento dos créditos.

A diferença entre os saldos ativos e passivos, que reflete a taxa de comissionamento de R\$ 1.350, foi integralmente provisionada.

NOTA 9 – ATIVOS FISCAIS A COMPENSAR

	30/06/2015	31/12/2014
IRRF sobre aplicações financeiras	542	877
IRRF – exercícios anteriores	5.327	4.378
CSSL – antecipada	47	4
COFINS/PIS	3	-
	5.919	5.259
Circulante	3.178	2.518
Não Circulante	2.741	2.741
	5.919	5.259

A Companhia vem utilizando tais créditos de forma consistente desde o exercício social de 2010, fato que tem dado substância à caracterização do referido ativo conforme o Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

NOTA 10 - INVESTIMENTOS

A composição dos investimentos da ELETROPAR em 30 de junho de 2015 está distribuída da seguinte forma:

I – Empresas avaliadas pelo valor justo

	Valor de Mercado (disponível para venda)		Tipo	Quantidade	Participação (%)
	30/06/15	31/12/14			
Eletropaulo ¹	37.282	18.148	PNB	2.095.644	1,25
Energias do Brasil ²	17.100	13.326	ON	1.485.678	0,31
CPFL Energia ³	32.794	31.500	ON	1.703.600	0,18
	87.176	62.974			

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, dado que tais participações possuem cotação de mercado, a Companhia passou a avaliar os referidos títulos patrimoniais em outras sociedades pelo seu valor justo (valor de mercado). A contrapartida decorrente de tal avaliação é reconhecida como resultado abrangente, sendo registrada no Patrimônio Líquido, na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial, dado que a Companhia classifica esses instrumentos financeiros como disponíveis para venda.

II – Empresas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

A ELETROPAR detém participações societárias, além daquelas descritas anteriormente, nas companhias mencionadas abaixo, as quais são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial pelo fato de a controladora da ELETROPAR, a ELETROBRAS, ter influência significativa nas mesmas empresas o que as caracteriza como coligadas:

	Tipo	Quantidade	Participação (%)
CTEEP	PN	1.060.225	0,658*
EMAE	PN	523.911	1,420

(*) No terceiro trimestre de 2014 a CTEEP realizou aumento de capital com a subscrição de novas ações. A Eletropar fez a subscrição de ações com vistas a manutenção da participação. Porém, ao final da operação, ocorreu um pequeno aumento no percentual de participação da Eletropar nesta investida. Elevando a participação de 0,655% para 0,658%.

¹ Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. – ELETROPAULO

² EDP Energias do Brasil S.A. – ENERGIAS DO BRASIL

³ CPFL Energia S.A. – CPFL Energia

* Patrimônio Líquido ajustado para adequação às políticas contábeis aplicadas nas Demonstrações Financeiras do Sistema Eletrobras

Mutação dos Investimentos

	<u>CTEEP</u>	<u>EMAE</u>	<u>TOTAL</u>
Saldo em 31/12/14	18.373*	9.662	28.035
Ajuste de equivalência	825	278	1.103
Outros resultados abrangentes		(51)	(51)
JCP/Dividendos	(733)		(733)
Saldo em 30/06/15	18.465	9.889	28.354

* Patrimônio Líquido ajustado para adequação às políticas contábeis aplicadas nas Demonstrações Financeiras do Sistema Eletrobras.

Ajuste Patrimônio Líquido CTEEP

	<u>CTEEP</u>	<u>Partic. 0,658%</u>
Patrimônio Líquido 30/06/15	5.216.411	34.324
Ajustes exercícios anteriores	(2.376.000)	(15.685)
Ajustes do trimestre de 2015	(33.507)	(220)
Ajuste diferença de saldo		46
Saldo ajustado em 30/06/15	2.806.904	18.465

Prorrogação das Concessões de Serviço Público de Energia Elétrica

As empresas investidas, CTEEP e EMAE, foram afetadas pelos termos definidos na Medida Provisória nº 579/12, convertida na Lei nº 12.783, em 11 de janeiro de 2013.

No que se refere a investida EMAE, a empresa possui o contrato 002/2004-ANEEL afetado pela nova regulamentação. Em 03 de dezembro de 2012, a investida divulgou fato relevante informando que em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada a assinatura do Termo Aditivo que prorroga o seu contrato de concessão.

Com relação à investida CTEEP, como consta na nota explicativa à suas demonstrações financeiras de 2012 (nota 1.2), a empresa realizou a assinatura do aditivo ao contrato de concessão no 059/2001, com opção de recebimento da reversão, no valor de R\$ 2.891.291, da seguinte forma:

- 50% à vista (o recebimento ocorreu em 18 de janeiro de 2013);
- 50% em parcelas mensais, a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente na data de publicação da Portaria, ou seja, até 07 de julho de 2015, atualizadas pelo IPCA, acrescidas pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo do contrato de concessão.

Em 30 de junho de 2015 a investida CTEEP possui registrado o valor de R\$1.490.986, aos ativos de transmissão anteriores a maio de 2000 (objeto da concessão afetada pela Medida Provisória no 579/12, convertida na Lei no 12.783/13). A determinação do valor efetivo de indenização desses ativos ocorrerá apenas após a homologação pelo órgão regulador. Considerando a participação da Companhia na referida investida, o montante é de R\$ 9.766.

II.1 Ativo e Passivo Coligadas

30/06/15						
Coligadas	Participação %	Ativo financeiro, intangível e imobilizado	Outros ativos	Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Patrimônio líquido
CTEEP	0,66	47.793	6.595.201	839.776	586.807	5.216.411
EMAE*	1,42	235.599	867.226	101.526	297.386	703.913

*Saldo de março de 2015

II.2 Resultado Coligadas

30/06/15						
Coligadas	Receita Operacional Líquida	Receita Financeira	Despesa Financeira	Imposto sobre o lucro	Lucro Líquido (Prejuízo)	Depreciação e Amortização
CTEEP	468.914	65.757	(61.806)	(38.020)	161.007	(3.894)
EMAE*	10.825	22.068	(3.161)	(2.806)	26.926	(306)

*Saldo de março de 2015

III – Saldo total de investimentos em participações societárias

	30/06/15	31/12/14
Avaliados ao valor justo	87.176	62.974
Avaliados por equivalência patrimonial	28.354	28.035
	115.530	91.009

NOTA 11 – CONTAS A PAGAR

	30/06/15	31/12/2014
Eletrobras	973	788
ABRA RIO Prest. de Serv. Terceirizados Ltda	42	38
Outros	13	50
	1.028	876

NOTA 12 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

I – Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	<u>01/01/15</u> a <u>30/06/15</u>	<u>01/04/15</u> a <u>30/06/15</u>	<u>01/01/14</u> a <u>30/06/14</u>
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social:	2.471	887	(9.511)
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas da legislação (34%):	840	301	(3.234)
Efeitos de adições e (exclusões):			
Equivalência patrimonial e dividendos	(442)	(133)	(1.281)
Provisão p/ perdas – investimentos disp. p/ venda	-	-	4.695
Outros	(132)	(57)	(15)
	<u>(574)</u>	<u>(190)</u>	<u>3.399</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado	266	111	165
Alíquota efetiva	10,77%	12,55%	-

II – Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre o ajuste de avaliação a valor justo dos investimentos classificados como disponíveis para venda correspondentes às diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A movimentação do passivo de imposto de renda diferido durante o período é a seguinte:

Saldo em 31/12/14	11.428
IR/CS diferidos sobre avaliação a valor justo	3.611
Saldo em 30/06/15	15.039

NOTA 13 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

I – Capital Social

O Capital Social de R\$ 118.054 é composto de 11.764.889 (onze milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e nove) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A composição acionária em 30 de junho de 2015 está assim representada:

	QUANTIDADE DE ACIONISTAS	AÇÕES	
		Quantidade	Participação (%)
ELETROBRAS	1	9.848.901	83,71
Minoritários	28.857	1.915.988	16,29
	28.858	11.764.889	100,00

O valor patrimonial das ações representativas do Capital Social, em 30 de junho de 2015, é de R\$ 13,87 por ação (R\$ 11,98 por ação, em 31 de dezembro de 2014).

NOTA 14 – LUCRO POR AÇÃO

Apresentamos a seguir o lucro por ação básico e diluído conforme os parâmetros definidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 – Lucro por ação:

	<u>30/06/15</u>	<u>30/06/14</u>
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da sociedade	2.205	(9.676)
Média ponderada do número de ações ordinárias (milhares)	11.764	11.764
Lucro básico e diluído por ação ordinária	<u>0,18744</u>	<u>(0,8225)</u>

NOTA 15 - PARTES RELACIONADAS

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 5 – Divulgação sobre Partes Relacionadas enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, observando-se preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia.

Conforme os conceitos definidos no referido pronunciamento do CPC, a Eletropar possui como partes relacionadas: sua controladora, coligadas e o pessoal-chave da administração. As transações mantidas com partes relacionadas são detalhadas nos itens a seguir:

I – Controladora

Os saldos decorrentes de transações mantidas com a Eletrobras são apresentados a seguir:

	30/06/15	31/12/14
PASSIVO		
Contas a pagar ⁴	973	788
Dividendos a pagar	-	-
	973	788

	30/06/15	30/06/14
RESULTADO		
Gastos com pessoal requisitado	1.308	1.155
	1.308	1.155

II – Coligadas

	30/06/15	31/12/14
CTEEP		
ATIVO		
Remuneração dos investimentos	733	1.480
Participação Societária	18.465	18.373
	19.198	19.853

	30/06/15	30/06/14
RESULTADO		
Perda na subscrição	-	-
Resultado com participações societárias	825	730
	825	730

⁴Os saldos dessa rubrica são decorrentes de valores a serem reembolsados à Eletrobras em função dos seguintes itens:

- Convênio firmado entre Eletrobras e Eletropar para utilização, pela Eletropar, da infra-estrutura administrativa da Eletrobras, contemplando os serviços de copa, segurança, limpeza e informática.
- Valores relacionados com o aluguel da sede administrativa da Eletropar, cujo espaço físico está sublocado pela Eletrobras à Eletropar, através de contrato firmado entre as partes.
- Saldos decorrentes de reembolso a ser efetuado à Eletrobras dos gastos com o pessoal requisitado pela Eletropar à Eletrobras.

EMAE	30/06/15	31/12/14
ATIVO		
Remuneração dos investimentos	-	64
Participação Societária	9.889	9.662
	9.889	9.726
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Outros resultados abrangentes	(51)	(999)
	(51)	(999)
	30/06/15	30/06/14
RESULTADO		
Resultado com participações societárias	278	(145)
	278	(145)

III – Eletronet e empresas cedentes

O detalhamento do relacionamento da Companhia com a Eletronet e as empresas cedentes é apresentado na nota explicativa nº 8.

IV – Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros de administração e fiscal, e diretores.

	30/06/15	30/06/14
Remuneração dos Diretores e dos Conselheiros	439	421
Encargos Sociais	156	135
Benefícios	17	17
	612	573

NOTA 16 – Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

As provisões para contingências judiciais são constituídas sempre que a perda for avaliada como provável. Nesse caso, tal contingência ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos seriam mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento de tribunais (jurisprudência).

Os valores provisionados são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos das referidas contingências.

Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o

histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

Segue abaixo os processos judiciais, por natureza, consideradas pela Administração da Companhia como sendo de risco de desembolso futuro possível.

<u>Natureza</u>	<u>Valor</u>
Trabalhista	300
TOTAL	300

Marcelo Lobo de Oliveira Figueiredo
Diretor Presidente

Jorge José Teles Rodrigues
*Diretor Superintendente e de Relações
com Investidores*

Glaucy Dourado dos Santos
Contadora
CRC-RJ 101.402/O-6